

É freqüente ouvir dos adolescentes que os critérios do comportamento humano se aprendem do mero fato de viver a vida, quando na verdade é do conviver com os semelhantes e do comunicar-se com eles que se adquire esse conhecimento. Neste artigo nos propusemos estudar não meramente o tema da convivência humana, mas sobretudo os elementos da mediação institucional que fornecem aos membros da comunidade de fé e da comunidade ética os valores religiosos e morais para a vida de cada um e como meio para a realização humana.

Comunidade de fé e comunidade ética

*Luís I.J. Stadelmann, SJ**

* O Autor é Doutor em Língua e Literatura Semítica e Mestre em Ciências Bíblicas, e Professor no ITESC.

Encontros Teológicos nº 35
Ano 18 / número 2 / 2003



Introdução

Entre todos os grandes sistemas religiosos, as religiões bíblicas se destacam pela dimensão social e política do homem à luz da revelação divina. A forma concreta dessa dimensão é a comunidade de fé e a comunidade ética, que relacionam os fiéis entre si e dentro das coordenadas doutrinárias e das atividades pastorais, respectivamente, do Povo Eleito e da Igreja. Trataremos brevemente de três sistemas religiosos: primeiro, a instituição da religião de Israel e da Igreja; segundo, movimentos de religiosidade e, terceiro, seitas protestantes de diversas denominações e condições sócio-culturais.

O Povo Eleito do AT e a Igreja do NT caracterizam-se pelo tipo de organização em associações estáveis como comunidades de fiéis e comunidades éticas, que se desempenham na promoção dos valores religiosos e morais no convívio humano dos vários grupos de fiéis e se destinam a contribuir para a construção da sociedade global. Estão interessados na redenção da humanidade e não apenas na auto-promoção dos membros de suas comunidades. São instituições e não meros movimentos de religiosidade. *Igreja é instituição* e não movimento: “instituição” é um conjunto de estruturas jurídicas, hierárquicas e sacramentais, a serviço da obra redentora de Cristo, que se realiza no mundo por meio de sua comunidade de fiéis sob a ação do Espírito de Deus.

O pluralismo de comunidades de fé foi um dos fatores responsáveis para surgirem “movimentos de religiosidade”, que não poucas vezes vieram a tomar o lugar da instituição eclesial. “Movimento” se caracteriza pela promoção de certos programas ou modelos eclesiais por um grupo de pessoas unidas pela estima de certos valores, para vivê-los e estimulá-los. Cada grupo tende a ser homogêneo, por causa das pessoas com preferências ou temperamentos afins a tal objetivo.

As seitas não constituem comunidades de fé nem tencionam organizar grupos de fiéis que adotem os mesmos critérios doutrinários, mas são entidades de apoio a adeptos avulsos à procura da satisfação das necessidades fundamentais da vida humana. Não têm uma espiritualidade eclesial nem passam a adquirir um lastro doutrinário, mas se contentam com um conjunto de crenças. A característica comum às seitas é a ausência da dimensão comunitária da fé. Os encontros de vivência de fé



caracterizam-se pela espontaneidade e improvisação, com ênfase na sensação de imediatez da presença divina. As pregações moralizantes tendem à nivelção dos ideais religiosos a um denominador comum de meras “convenções”. Não assumem um compromisso social porque a fé dos sectários está dissociada das exigências radicais do cristianismo. A grande maioria dos seguidores das mais diversas seitas não está à procura da vivência da fé numa determinada religião, mas buscam a *integração social* nas reuniões de culto freqüentadas pelos seguidores da seita. Com efeito, a prioridade da vivência subjetiva sobre a participação comunitária explica, em parte, o fenômeno conhecido por: “Believing without belonging” (Crer sem pertencer)¹. O que querem é estreitar os vínculos sociais quando se estabelece a harmonia entre a convivência humana e a vivência religiosa. Os novos membros são recém chegados aos bairros, provindos da periferia à procura de um endereço fixo, já que não têm moradia nem garantia de emprego e por isso as diversas formas de integração social serão de grande ajuda à sobrevivência da família, à escolaridade dos filhos e à iniciação profissional dos adolescentes nas mais diversas carreiras.

Os adeptos das seitas buscam sair do anonimato e da alienação quando se trata de obter ajuda para garantir sua sobrevivência e suprir as carências onde a sociedade não tem condições de atendê-los, dado o número cada vez mais crescente de indivíduos desenraizados, que migram de uma região para outra ou da área rural para povoados e cidades.

Os sectários constituem uma clientela de freqüência intermitente nas reuniões de culto. Alguns estão interessados no atendimento oferecido em vários setores durante diferentes dias da semana: saúde, emprego, moradia, meios de sustento, formação religiosa através do endoutrinamento de crenças. O objetivo não é propriamente formar uma identidade religiosa, mas criar uma clientela que assume em parte novos padrões culturais a serviço de uma ideologia. A mais utilitarista é o sectarismo ideológico que implica na invasão de todas as áreas da vida pública pela política partidária seja da bancada evangélica seja de grupos econômicos,

¹ Cf. J. JONCHERAY, “Appartenances partielles à l’Église?”, in: *Revue théologique de Louvain*, 34, 2003, 43-63. Pode haver também o contrário: “pertencer sem crer”, pois acontece que há uma variedade de conteúdos subjetivos que se tenha de recuperar a fim de existir uma identidade religiosa. Por outro lado, o autor afirma que se deveria acentuar menos os critérios de pertença do que os modos de identidade religiosa (p. 49).



mancomunados com líderes sectários, cujas empresas contabilizam fraudulentamente o dinheiro arrecadado dos dízimos ou passam a desviá-lo para paraísos fiscais².

Uma das causas do surgimento de seitas em vários bairros das metrópoles é a crescente ruptura dos vínculos que unem as pessoas nas atividades em casa, no lugar de trabalho e setores de grupos locais onde adquirem sua educação e treinamento profissional. Ao serem as pessoas privadas dos meios de subsistência, elas tornam-se inseguras em seu emprego, ou são condenadas a ocupações sem sentido com baixo salário, havendo conseqüentemente sério dano à família e ao lugar de trabalho. Soluções em nível humano e moral a serem implementadas são tipos de comunidades locais nas quais elas são introduzidas. Em tais comunidades é fácil constatar o elemento de reação e confronto aos imperativos duma religião como instituição, cujas atividades eclesiais são organizadas para dar *solução* aos problemas da sociedade e não para fazer parte do problema através do confronto e distanciamento de determinados grupos sociais. Quanto mais frágil for a identidade dessas associações sectárias, tanto mais se costumam salientar as diferenças doutrinárias e as práticas culturais que as distinguem das religiões organizadas. Surge, porém, outro percalço, no relacionamento com vários grupos sociais, ao afastá-los em vez de os aproximar uns dos outros. É de notar-se também que os adeptos de seitas adotam o tipo de linguagem polêmica dos seus líderes, sem se darem conta que o convívio social está isento de constante confrontação entre cidadãos de diferente convicção religiosa. Em encontros de diálogo dos sectários com outros cristãos é necessário criar a abertura dos esquemas mentais aos pontos de vista dos sectários, por causa da falta de docilidade na aceitação dos ditames da fé e dos ideais religiosos e devido ao clima de agressividade contra os fiéis, cujo apego aos valores tradicionais da religião é vilipendiado. Entretanto, o maior desafio que as seitas enfrentam é a alienação de alguns membros da própria família ao

² Pode-se mencionar também o recurso a subterfúgios para arrecadar fundos financeiros destinados ao uso exclusivo dos líderes das seitas como p. ex. o "leilão de chaves": consiste na oferta pública de chaves da porta de um apartamento ou de ignição de um carro usado a quem oferecer maior lance. É de notar-se que essas chaves só têm valor simbólico porque são confeccionadas *ad hoc* por chaveiros, que se desfazem de chaves antigas acumuladas no depósito. O preço de cada chave varia de acordo com o pretensão valor do imóvel ou do carro. A data do título de posse não está marcada, porque é uma surpresa que Deus fará àquele que tem uma fé capaz de transportar montanhas, o que vem a ser um grande abuso da credulidade humana. Há também a extorsão de dinheiro na forma de transferência do título de propriedade dos fiéis para o nome dos líderes sectários.



perderem o apoio à vivência da fé tradicional em casa, alguns caindo no indiferentismo religioso e outros assumindo uma atitude contestatória frente às sociedades hierarquicamente estruturadas e à responsabilidade comum de promoção do bem de todos.

A abordagem da temática sobre seita, movimento e instituição impõe-se aos espíritos desarmados de preconceitos e apriorismos, mas requer também que se fique atento à diversidade de concepções sobre tipos de comunidade, dependendo da afiliação de grupos sociais heterogêneos, rivais ou em transformação. Para uns, a noção de comunidade desperta uma resposta positiva por causa da relação harmoniosa entre os seus membros no ambiente familiar e de sua integração na vida social e econômica, ao passo que, para outros, a referência à vida comunitária suscita reações de insegurança e revolta por causa da experiência traumatizante da convivência familiar e/ou da situação de desemprego ou subemprego e de instabilidade no trabalho. Entretanto, a sociabilidade do tipo positivo ou negativo é uma das dimensões fundamentais do ser humano e por isso constitui a fonte do conhecimento de si e dos outros, superando a própria intuição humana.

1 Povo Eleito

No início da história de Israel, os hebreus enfrentaram dois desafios: o primeiro era a constituição da *comunidade de fé*, por intervenção divina, visando a organização do Povo Eleito: “Eu vos tomarei como meu povo, e serei o vosso Deus”, disse o SENHOR (Ex 6,7). Essa iniciativa de Deus determinou a origem e o crescimento desse povo, como também lhe deu sentido altamente religioso, de modo que os israelitas podem com razão chamar-se Povo Eleito, pois têm por base a “eleição” divina. Teve valor determinante a adesão a Deus pelos grupos de hebreus, cuja forma de associação, como membros da comunidade de fé, precedeu a organização política do povo de Israel; é o que consta do relato sobre a origem da festa da Páscoa celebrada no Egito: “Toda a comunidade de Israel celebrará a Páscoa” (Ex 12,47).

Esse desafio, enfrentado por pessoas motivadas pela fé em Deus, não veio da visão científica do mundo, mas da revelação divina, atuando sobre as faculdades intelectivas e volitivas dos fiéis, integrados na comunidade de fé. O conteúdo da revelação divina, mais do que uma “categoria religiosa”, é, antes, um “processo histórico”, compreendendo uma série de acontecimentos estreitamente ligados entre si, a saber: a



manifestação dos desígnios de Deus com respeito à plenitude de vida dos fiéis, na situação histórica. Ilustrando a intervenção de Deus no trajeto histórico do Povo Eleito, o livro do Êxodo mostra a *proteção divina* sobre os israelitas, sustentando o povo em situação de extrema precariedade de vida: sede (cf. fontes de água no deserto: Ex 15,27); fome (cf. codornizes e maná: Ex 16); agressão externa (cf. vitória sobre os amalecitas: Ex 17,8-16); e conflitos internos (cf. promoção da justiça: Ex 18).

O segundo desafio é a constituição, no Sinai, da *comunidade ética*, com a ratificação da “Aliança” de Deus com o Povo Eleito. A eficácia da Aliança depende do cumprimento dos compromissos éticos e religiosos na vida dos fiéis (Ex 19-20). A tarefa, por todos assumida, era, e é ainda hoje, utilizar adequadas formas de mediação do sentido obrigatório da ética revelada por Deus na Bíblia.

2 Igreja

Dada a natureza espiritual da salvação de Deus e sua mediação no mundo, a Igreja se vem definindo por várias expressões, que ocorrem no livros do Novo Testamento³. Hoje em dia vem-se impondo a expressão usada em documentos do Concílio do Vaticano II, em referência à Igreja como “Povo de Deus”. Esta expressão não quer ser apenas um título ou um rótulo. É um programa da missão da Igreja para os membros da *comunidade de fé* e da *comunidade ética* participarem da função de irradiar o dom da fé e os valores da ética cristã entre todos os povos até os confins do mundo, sendo seu alcance o âmbito da história salvífica universal, em contraste com o Povo Eleito, restrito ao âmbito da história salvífica particular do AT⁴. Quanto ao sentido dogmático de “Povo de Deus”, costuma-se sublinhar o fato de que Deus escolhe a coletividade, não indivíduos isolados, para a função de mediação da salvação, não para si apenas, mas para todos, no contexto de relações históricas e sociais, por causa da união no amor de Deus e do próximo. A caridade, vivida por uma comunidade, poderá tomar formas diversas: em primeiro lugar, ajudar alguém a aprofundar a própria fé; depois, na convivência humana e em situações de iniquidade, promover a justiça. Daí se vem revelando o

³ Nos livros do Novo Testamento constam várias expressões para designar a Igreja: como “Esposa de Cristo” (Ef 5,23-32); como “Templo do Senhor” (Ef 2,21); como “Família de Deus” (Ef 2,19); como “Povo de Deus” (1Pd 2,10; cf. Dt 7,6).

⁴ É de notar-se que o termo “povo” é usado em sentido metafórico, o que não permite fazer deduções como se fosse uma noção da linguagem literal.



“Povo de Deus” como instrumento de serviço: povo escolhido dentre os povos, como mediador do universalismo salvífico.

Sobre o significado eclesial é de notar-se que o “Povo de Deus” subsiste como tal na Igreja e na humanidade. Qual a relação entre os dois âmbitos? A resposta baseia-se na origem e no destino sobrenatural dos seres humanos: o chamamento divino é dirigido a todas as pessoas a professarem a fé em Cristo, o Salvador, e a integrarem a comunidade dos fiéis na Igreja. Qual a necessidade de haver Igreja? Salienta-se de modo especial, sua função de servir como *paradigma de salvação e mediação dos dons salvíficos* para toda a humanidade, porquanto o divino Salvador precisa da mediação visível para realizar sua obra de redenção na história. Daí a necessidade da sagrada liturgia, dos sacramentos, da espiritualidade cristã, dos ministérios eclesiais. A Igreja, como “Povo de Deus” no meio do mundo, é para o mundo sinal da salvação oferecida a todos os homens.

A distinção entre “Povo de Deus” e Igreja pode ser encarada sob três pontos de vista: a) a partir da visibilidade, pois o “Povo de Deus” é meramente espiritual, ao passo que a Igreja é todavia visível; b) a partir dos meios de salvação, que na Igreja estão ao nosso alcance nas sagradas instituições, ao passo que no plano mundial do “Povo de Deus” tanto se considera a tentativa do homem em procurar a Deus, como também a pedagogia de Deus em vir ao encontro do homem; c) a partir do enfoque sobre o conceito de “Igreja”, pois em âmbito local entende-se a “Igreja particular”, ao passo que em âmbito universal visa-se o “Povo de Deus”. A inserção na Igreja tem como exigência o sacramento do batismo, ao passo que a pertença ao “Povo de Deus” requer apenas o “batismo de desejo (ou de sangue)”.

3 Serviço da Fé

Nos Salmos são desenvolvidos, principalmente, os temas que vinculam a experiência da salvação às *mediações* instituídas por Deus. Por isso se exaltam a “eleição” divina (Sl 33; 44 etc.) e os quatro sinais dessa “eleição”: a) o templo (Sl 24; 118 etc.); b) o sacerdócio (Sl 134; 135 etc.); c) Jerusalém (*Cânticos de Sião*); d) e a realeza davídica (*Salmos da realeza*, o rei messiânico: Sl 2; 110 etc.). Outros sinais de mediação da salvação divina são: a) o Povo Eleito (*Salmos históricos*); b) a sagrada “Aliança” (Sl 46; 77 etc.), a renovação dessa “Aliança” (Sl 50; 81; 95), a “arca da Aliança” (*Hinos ao reinado de Deus*); c) o profetismo (*Salmos proféticos*); d) o culto ritual dos sacrifícios (*Salmos de ação de graças*);



e) e a liturgia penitencial (*Salmos penitenciais*)⁵. Tem a fé dupla dimensão: a fé da comunidade, cultivada na liturgia, e a fé do indivíduo, na vida e na prática, em âmbito particular.

Nos livros do Novo Testamento encontramos muitos textos de ensinamento sobre a fé, como vínculo de união com a pessoa de Cristo, denunciando todas as superstições, tabus, magias e idolatrias. A adesão à fé recebeu, à luz da experiência de relacionamento, uma formulação típica do Novo Testamento, na expressão “seguir a Cristo”. Os evangelistas relatam o itinerário de Jesus pelas regiões da Palestina, desde os povoados mais remotos até Jerusalém, a capital do país. No percurso do caminho há freqüentes contatos com discípulos e diversos grupos sociais, aos quais Jesus prega a mensagem da salvação. Neste contexto situa-se o “seguimento” de Cristo, ao se associarem os ouvintes ao grupo dos discípulos. Seria apenas um recurso literário dos evangelistas, relatando o “seguimento” de Jesus em âmbito geográfico para transpô-lo ao âmbito espiritual? O “seguimento” de Cristo seria, assim, imagem da vida cristã do tipo de um “movimento”, ao qual se aplicam os termos de “caminhada” ou “itinerância”. Deve-se, porém, distinguir entre “movimento” e “instituição”, entre movimento de espiritualidade e Igreja institucional. O movimento de espiritualidade refere-se à vivência da fé, ao passo que a Igreja institucional se articula mediante os ministérios e sacramentos, colegialidade e comunhão, ordem e jurisdição, diocese e igrejas locais.

Inequívoca é a dupla dimensão da fé cristã, como é ensinada nos Evangelhos: pessoal e comunitária. Diz Jesus: “Tua fé te salvou” (tua fé no poder divino de Cristo: Mc 10,52); diz S. Paulo: “Há um só Senhor, uma só fé, um só batismo” (Ef 4,5). Nos Atos dos Apóstolos inculca-se a dimensão pessoal e comunitária da fé em termos de adesão pessoal a Jesus Cristo, através da integração na comunidade cristã, que se explicita pela perseverança na palavra, na comunhão fraterna, nas orações e na partilha do pão eucarístico (At 2,42).

Entretanto, o “serviço da fé” não é simplesmente o testemunho da fé cristã, mas é um *carisma* exercido no seio da comunidade cristã e no mundo. Neste contexto, convém assinalar a missão evangelizadora, à luz do magistério da Igreja, implantando a fé não propriamente através da

⁵ O critério de classificação dos Salmos são o gênero literário e o tipo de oração ali exposto para uso na liturgia da comunidade, e não a temática indicada pelo título de cada salmo.



comunicação de determinados conteúdos objetivos, mas através da mediação dos dons salvíficos, criando um novo modo de existir perante Deus e no seio da comunidade dos fiéis. Destarte, a evangelização diferencia-se da atividade de proselitismo, porque se orienta pelo sentido soteriológico da mensagem cristã, cuja base escriturística consta na Carta de S. Paulo aos Romanos: “A justiça de Deus procede da fé para a fé” (Rm 1,17)⁶. Reconheciam os cristãos que os carismas, isto é, os dons do Espírito, não tinham função precipuamente litúrgica, mas visavam à capacitação para o desempenho de atividades pastorais. Razão para se enfatizarem, na comunidade cristã de Corinto, os dons do Espírito, era o fato de serem os fiéis pequena minoria entre a maioria de outras crenças. Não teria o cristianismo, sob as leis ordinárias da história, chance alguma de sobreviver no meio do paganismo militante, nem poderia expandir-se para muitos países, se não tivesse, através dos dons do Espírito, a ajuda divina, atuando nos fiéis, engajados na ação pastoral da Igreja.

A julgar pelo rápido incremento do número de cristãos e da expansão das comunidades cristãs, na era pós-apostólica, os fiéis que seguiam as moções do Espírito nas atividades pastorais eram pessoas muito dinâmicas. Se, durante a celebração litúrgica, expressavam sua sensibilidade e emoção através das manifestações carismáticas, não era para compartilharem sentimentos de um intimismo religioso, mas para se ajudarem e fortalecerem reciprocamente no desempenho da ação evangelizadora⁷.

Aqui reside o segredo da autopromoção da comunidade, que libera forças potenciais desconhecidas dos próprios membros, forças que, sem os dons do Espírito e a graça dos sacramentos e sem o respaldo das preces dos fiéis⁸, iriam neutralizar-se no confronto com o indiferentismo religioso ou com o sectarismo militante, que tendem a desestabilizar a unidade entre os fiéis. O “serviço da fé”, traduzido na ação pastoral das comunidades eclesiais, constitui sinal de vitalidade, hoje exigido da Igreja

⁶ O significado de “*justiça*” de Deus com alcance salvífico ressalta, em primeiro lugar, que a salvação é obra divina e, em segundo lugar, que se realiza na comunidade dos fiéis como agentes de evangelização, mediante a ação pastoral de formação cristã dos catecúmenos, neófitos, adolescentes e adultos participando em encontros de espiritualidade.

⁷ Sobre a natureza e função dos diversos carismas e a vitalidade das comunidades eclesiais através da ação do Espírito veja-se L. Stadelmann, *O dom das línguas*, S. Paulo, Ed. Paulus, 21998.

⁸ A dimensão comunitária da fé manifesta-se na liturgia quando os fiéis, reunidos para celebrarem a sagrada Eucaristia, fazem suas preces pedindo de Deus os dons necessários para o desempenho de sua missão na vida e incluem a oração de intercessão pelas intenções de todos.



no mundo, para a consolidação e revitalização da fé, tanto dos agentes de pastoral, como também dos grupos humanos que com eles compartilham a sabedoria da fé cristã.

4 Promoção da Justiça

No apelo para Deus “fazer justiça” implora-se, nos Salmos, a intervenção divina em favor dos oprimidos na situação concreta da vida humana, da mesma forma como, em acontecimentos precisos e decisivos, se manifestou, em âmbito coletivo, em favor do Povo Eleito. Trata-se da comprovação, no presente, da eficácia da sagrada Aliança, cuja meta primordial é a salvação do Povo de Deus, em dimensão comunitária, da qual deriva a dimensão particular de cada um dos fiéis. Em consequência, a história da vida humana insere-se na história do Reino de Deus, no qual convergem os desígnios divinos e as decisões humanas. Destarte, como seqüência à história da salvação, a intervenção divina na vida dos fiéis comprova a realização da obra da redenção. Se o salmista substituísse por outro o termo “*justiça*”, não haveria nexos, explícito e freqüente, com o procedimento divino na história do Povo Eleito, em virtude da sagrada Aliança. Seriam atos isolados e, quiçá, esporádicos, como eram celebrados na mitologia das forças naturais personificadas, com divindades atuando na natureza. Aliás, não é sem motivo que na Antigüidade se empregava o termo “justiça” para designar a ordem do cosmo, pois os corpos celestes e as criaturas terrestres não devem ultrapassar seus próprios limites segundo a ordem estabelecida pelo Criador⁹. Daí, não é só para a ordem social que o salmista usa o termo “justiça”, mas também para a ordem cósmica: “Sua obra é magnífica e esplêndida, sua justiça permanece para sempre” (Sl 111,3).

Aplicada à organização pública dos grupos sociais, a categoria religiosa da “aliança” divina concerne, em primeiro lugar, à relação entre Deus e seu povo e, em segundo lugar, à relação entre os membros da comunidade, irmanados pelo mesmo vínculo, em convivência social, como “irmãos na fé”. As relações sociais são regulamentadas pelas estipulações da Aliança, e compete a cada indivíduo assumir os deveres para com o próximo e respeitar os direitos humanos. A prática desses deveres e a

⁹ A ordem cósmica obedece às leis estabelecidas pelo Criador e não ao capricho e à arbitrariedade das divindades, fato esse que os filósofos gregos admitiam, sem condescender com as crenças fantasiosas dos mitógrafos.



observância desses direitos define-se como “obras de justiça”, pelo que a violação desses direitos e deveres resulta em “injustiça”.

Ora, a justiça divina, mencionada nos Salmos, refere-se tanto ao aspecto vindicativo, que tem a sua concretização no castigo dos ímpios, quanto ao aspecto salutar, que se verifica na intervenção em favor do seu povo e dos oprimidos¹⁰. Tanto a punição dos crimes como a reabilitação dos indefesos manifestam o triunfo final da justiça de Deus.

Os Salmos de súplica são recitados na comunidade de fé e destinam-se aos fiéis, cujas preces não são ouvidas pelos ímpios, os quais não freqüentam as reuniões litúrgicas. Assim, as preces imprecatórias contra os ímpios têm por objetivo reforçar os laços de solidariedade entre os fiéis, que estão no mesmo barco e, “en bloc”, estão à mercê da agressão externa. Não se visa criar uma espiritualidade de vítima, mas despertar a consciência de que todos os membros da comunidade têm necessidade de, em meio à adversidade¹¹, consolidar sua fidelidade.

Além disso, os fiéis têm de se lembrar de que a comunidade de fé não é um fim em si. Ela tem a função de servir como paradigma de salvação, que se objetiva nos fatos históricos do povo de Israel, cujo destino está ligado ao desígnio salvífico de Deus na história. Se este povo deixasse de existir, Deus não o teria a seu serviço para estender a influência de sua graça sobre os outros povos e para dar seqüência à história da salvação. Deus ficaria desprovido da comunidade que representa sua mão atuante no meio da humanidade.

Qual o motivo de os salmistas levarem em consideração, não só o caminho dos justos, mas também a trajetória dos ímpios? Professando,

¹⁰ Os textos dos Salmos que se referem aos “ímpios” são distintos dos que mencionam os “inimigos, adversários e malfeitores”, por causa do motivo de sua hostilidade contra o Povo Eleito: é que os “ímpios” querem destruir as comunidades de fé, ao passo que os “inimigos” hostilizam os fiéis por causa de atritos na convivência entre pessoas de crenças diferentes. Além disso, convém notar que é bem diferente a abordagem das crises, pois os Salmos deslocam os termos do problema para a pessoa, enquanto que em nossa cultura se enfocam as conjunturas, os conflitos, os problemas e as situações de iniquidade. Veja-se a razão disso em L. Stadelmann, *Os Salmos: Comentário e Oração*, Petrópolis, Ed. Vozes, 2001, p. 68.

¹¹ Há vários motivos para se mencionarem “imprecações” nos Salmos: em primeiro lugar, são apelos a Deus para castigar o ímpio; em segundo lugar, se visa neutralizar, na presença de Deus, a força sinistra das pragas que os ímpios lançam contra os fiéis; em terceiro lugar, quer-se reforçar a solidariedade entre os fiéis e romper com os ímpios; finalmente, é para trazer à superfície sentimentos violentos e desejos de vingança, que agitam a alma, a fim de que, manifestando-os na presença de Deus, os fiéis se livrem deles.



os fiéis, não somente sua fidelidade comprometida com a Aliança de Deus, como também seu rompimento com os ímpios, visava-se afastar o perigo de Deus castigar a todos por causa da impiedade de alguns. No pior dos casos, Deus, por causa dos ímpios de Israel, abandonaria o Povo Eleito, deixando de realizar seu desígnio salvífico na história.

A elaboração de um plano de ação é tarefa que interessa à comunidade ética no contexto dos seus grupos humanos, sendo na convivência humana que se manifestam os desafios a serem enfrentados na promoção da justiça, no âmbito da comunidade familiar, econômica, empresarial, educativa, religiosa etc. Trata-se, em primeiro lugar, de uma *ação preventiva* contra o depauperamento, antagonismos de interesses e de grupos, discriminação, desemprego e subemprego, marginalização social, desnutrição, migrações descontroladas, delinquência. Em segundo lugar, vem o importante papel dos *mecanismos de defesa* da ordem pública contra a agressão externa e interna (p. ex. terrorismo, seqüestro, crime organizado, tráfico internacional de drogas, anarquia, o domínio da lei do mais forte). Em terceiro lugar, acresce o apoio à instituição da previdência social, a colaboração com as obras de *assistência social* para restaurar, em sua dignidade de filhos de Deus, os oprimidos pela vida (p. ex. os enfermos, os deficientes físicos e mentais, os agonizantes), os oprimidos pela sociedade (p. ex. os excluídos, os explorados, os pisoteados, os pobres sociais, econômica, política, racial e culturalmente), e os oprimidos pela culpa (p. ex. os delinquentes, os encarcerados, os pecadores).

Importa, por fim, notar que o compromisso com a justiça no organismo social e político implica legalidade, fundamento do Estado de direito. A luta pela justiça é o primeiro passo na solidariedade para com os oprimidos. Mas a justiça, por si só, não é suficiente, podendo levar à negação e ao aniquilamento de si mesma, se não se permitir àquela força mais profunda, que é o amor, plasmar a vida humana nas suas várias dimensões. A razão é que a igualdade, introduzida mediante a justiça, limita-se ao campo dos bens objetivos e extrínsecos; o amor e a misericórdia fazem que os homens se encontrem uns com os outros naquele valor que é o mesmo homem, com a dignidade que lhe é própria¹².

¹² João Paulo II, *Dives in misericordia*, n. 14.



Conclusão

A contribuição específica dos cristãos ao mundo é o “serviço à fé e a promoção da justiça”, no sentido de consolidar a fé cristã e expandir sua influência entre os membros da comunidade dos fiéis e, no convívio humano, assumir a ética das relações sociais. Destarte, a promoção da justiça não se reduz a fazer funcionar o braço da lei onde ela não está sendo aplicada, devido à impunidade dos culposos¹³. Em termos concretos, a relação social entre os fiéis da comunidade de fé deve estender-se aos grupos humanos na sociedade.

Com o termo “*justiça*” não se designa uma categoria forense, mas a equidade das relações humanas, tanto na vida individual como na vida social. Precisamente porque respeita os direitos de cada um, faz reinar a honradez nos negócios, reprime a fraude, protege os direitos dos pequenos e humildes, refreia as rapinas e injustiças dos mais fortes, e, assim, fortalece a ordem na sociedade. Sem ela, seria a anarquia, a luta entre interesses rivais, a opressão dos fracos pelos fortes, o triunfo do mal. A ordem social instituída no Povo Eleito está baseada na Aliança de Deus com seu povo e encontra-se nos grupos sociais, inicialmente muito pequenos (a família, o clã, a tribo) e, depois, sempre maiores (a aldeia, a cidade, o Estado).

As atividades pastorais da Igreja estão a serviço da fé e da promoção da justiça em toda a realidade humana, onde se articulam as múltiplas relações da vida pública. A meta não é criar um tecido social perfeitamente harmônico e virtuoso, mas, com a contribuição do compromisso comunitário firmemente assumido pelos membros do Povo de Deus, uma sociedade melhor do que esta que temos atualmente.

¹³ A tarefa de “promover a justiça” não faz da paróquia um grupo de indivíduos a serviço do tribunal de justiça (humana e divina) ou uma irmandade afiliada a organizações de âmbito regional ou internacional (p. ex. CIA, FBI, MI6, Interpol, GAL, Deuxième Bureau etc.) para a salvaguarda dos sistemas judiciais.



Bibliografia

B. SORGE, *Por uma Civilização do Amor. A proposta social da Igreja*, (Trad. E.M. Balancin), São Paulo, Ed. Paulinas, 1998, (Original italiano 1996).

L. STADELMANN, *Os Salmos: Comentário e Oração*, Petrópolis, Ed. Vozes, 2001, “Deus de justiça”, p. 68s; “Amor e fidelidade de Deus” p. 71-73.

João Paulo II, *Dives in misericordia*, Roma 1980.

B. HÄRING, “Justiça de Deus e justiça de vida”, in: *Mysterium Salutis VI* 2, Petrópolis, Ed. Vozes, 1984, p. 40-63.

A. SELLA, *Ética da justiça*, S. Paulo, Ed. Paulus, 2003.

K. BERGER & J. M. DIEZ-ALEGRÍA, “Justicia”, in: *Sacramentum Mundi IV*, Barcelona, Ed. Herder, 1973, p. 162-177.

J. RIBÓLLA, *O Plano de Deus. Proposta — resposta para o homem-hoje*, Aparecida, Ed. Santuário, 2002.

Endereço do Autor:

Colégio Catarinense
Cx postal 135
88010-970 FLORIANÓPOLIS,SC
email: peluis@colegiocatarinense.g12.br